

SESSÕES DO PLENÁRIO

54ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 03 de junho de 2013.

PRESIDENTE: DEP. ADOLFO MENEZES *AD HOC*

À hora regimental, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Álvaro Gomes, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Luciano Simões, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Marquinho Viana, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araújo, Uziel Bueno, Vando, Zé Neto e Zé Raimundo. (52)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Dep. Fabrício Falcão, comunicando sua ausência das sessões no período de 21/05 a 02/06/2013, devido a procedimento cirúrgico, conforme atestado médico em anexo.

Do Dep. Gaban, comunicando sua ausência da Sessão Ordinária no dia 09/05/2013, em razão de compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Targino Machado, comunicando sua ausência da Sessão no dia 09/05/2013, em decorrência de problemas de saúde, que o impede de se deslocar.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Ata da 5ª Sessão Extraordinária da Assembleia do Estado da Bahia, de 09 de Abril de 2013; Ata da 13ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa, de 18 de Abril de 2013; Ata da 38ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa, de 30 de Abril de 2013; Ata da 37ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, de 29 de Abril de 2013; Ata da 40ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, de 06 de Maio de 2013; Ata da 18ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa, de 06 de Maio de 2013; Ata da 41ª Sessão Ordinária, de 07 de Maio de 2013; Ata da 9ª Sessão Extraordinária, de 14 de Maio de 2013; Ata da 10ª Sessão Extraordinária, de 15 de Maio de 2013; Ata da 46ª Sessão Ordinária, de 15 de Maio de 2013; Ata da 20ª Sessão Especial, de 15 de Maio de 2013; Ata da 47ª Sessão Ordinária, de 16 de Maio de 2013 e Ata da 48ª Sessão Ordinária, de 20 de Maio de 2013.

Em votação as atas de sessão que acabaram de ser lidas. (Pausa) Encerrada a discussão, em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente.

Para iniciar o Pequeno Expediente, por 5 minutos, a deputada Kelly Magalhães.

A Srª KELLY MAGALHÃES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srªs Deputadas, quero saudar a deputada Maria Luiza Laudano. É muita alegria, com certeza, tê-la aqui, entre nós, com saúde.

Sr. Presidente, eu quero, nesta tribuna – não o fiz na semana passada porque estava ausente das sessões –, saudar especialmente a Cidade de Barreiras pelo seu aniversário, ocorrido no dia 26 de maio. São 122 anos de uma cidade que, com certeza, é o polo regional. E foi com alegria que recebemos, na terça-feira passada, a notícia da aprovação no Senado Federal da criação da Universidade Federal do Oeste. Portanto, Barreiras não podia receber presente maior do que esse. É, sem dúvida alguma, a consolidação do desenvolvimento de nossa região, é um grande presente e mostra caminhos novos para a região.

Foi uma luta árdua, uma luta de muitas mãos e uma vitória para todo o povo do Oeste da Bahia e para Barreiras, que completou 122 anos e comemorou com esse presente de grande envergadura.

Agradeço, também, ao meu camarada Otoniel Teixeira pela sessão solene realizada no dia 28, quando recebi a “Comenda 26 de Maio”, data do aniversário da cidade, uma honraria dada a pessoas de destaque. Quero agradecer e deixar registrado na Assembleia Legislativa, porque, para nós, com certeza, é o reconhecimento de uma trajetória de vida, de luta, de trabalho, de um mandato a serviço da população não só de Barreiras mas também de todo o Oeste da Bahia.

Saudar também a grande feira realizada no Oeste da Bahia, a Bahia Farm Show, aberta solenemente no dia 28 de maio, com a presença do governador Jaques

Wagner. A Bahia Farm Show gerou mais de 700 milhões de investimentos de negócios, numa terra, como já disse aqui antes, com muitas cidades atingidas pela seca, que está numa região com grande potencial hídrico, o que gerou um potencial econômico muito forte, e agora está enfrentando, segundo estudos do Dr. Eduardo Sales, uma espécie de bioterrorismo com uma lagarta que tem causado grandes prejuízos, mas o governo federal com o Ministério Público vão entrar num consenso para a aprovação do agrotóxico que combaterá a helicoverpa. Portanto, quero saudar a ida do governador Wagner à região Oeste da Bahia, mais uma vez, ele que sempre prestigiou nossa região Oeste e, desta vez, não só prestigiou a Bahia Farm Show, aquela grande feira, mas também inaugurou a sede do Corpo de Bombeiros da cidade de Barreiras. No mês passado, entregou 792 casas populares do programa Minha Casa Minha Vida e agora já inaugurou a sede do Corpo de Bombeiros e, neste mês, teremos a inauguração da Prainha, que é a praia do Rio de Ondas, que liga o centro da cidade à Universidade Federal da Bahia.

Portanto, é a presença constante do governo, é a ação permanente, mesmo que algumas pessoas não consigam enxergar, são obras estruturantes que vão moldando a cidade, moldando a região para o desenvolvimento que todos nós desejamos. Quero saudar Barreiras, saudar a aprovação da nova universidade, só falta a sanção da presidente Dilma e será, sem dúvida nenhuma, assim como é para a Universidade Sul da Bahia é para o Oeste da Bahia a grande vitória e a grande redenção que todos nós desejamos.

Portanto, parabenizo Barreiras pela aprovação da criação da universidade, parabenizo pelos seus 122 anos e quero parabenizar Julio Buzato, presidente da AIBA, pela realização da Bahia Farm Show que, sem dúvida nenhuma, foi a melhor, a mais organizada, a mais estruturada e com a realização inclusive da audiência da Comissão da Agricultura da Assembleia, que é presidida pelo deputado Luiz Augusto Augusto e requerida pelo deputado da região Hebert Barbosa. Essa audiência contou com a presença de vários deputados que conheceram melhor o que é a estrutura do agronegócio, o que é a ação desenvolvida naquela região e qual a contribuição que este Parlamento pode dar para o crescimento ainda maior daquela região.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra a deputada Maria Luiza Laudano por 5 minutos.

A Sr^a MARIA LUIZA LAUDANO:- Sr. Presidente Adolfo Menezes, Sr^{as} Deputadas presentes, Srs. Deputados, taquígrafas queridas, imprensa, ouvintes da TV Assembleia, queridos funcionários, retorno a esta Casa, já desde a semana passada, mas estou usando a tribuna hoje, quero agradecer a todos a preocupação que tiveram comigo telefonando para mim, inclusive o presidente da Casa, o secretário da Saúde também esteve preocupado comigo em relação à minha saúde. Fui submetida a uma cirurgia, porque não tenho vesícula há muitos anos e se criou um cálculo no colédoco

e tive que via endoscópica tirar esse cálculo. Para isso, tomei anestesia geral e passei quase oito dias internada. Mas, graças a Deus, recuperei e quero voltar a esta Casa. Estava com muitas saudades da tribuna, dos colegas em Plenário. Estou bem. Ainda numa dieta rigorosa, mesmo assim agradeço novamente a Deus e aos amigos que se preocuparam comigo, Sr. Presidente.

Deputada Kelly, V.Ex^a comemorou, não como gostaria, o aniversário de Barreiras. E estou muito, muito preocupada com a minha cidade, que vai fazer 100 anos - pasmem, 100 anos! - em 29 de julho. Eu a vejo ocupada por uma vereadora como prefeita interina, mas realmente sem experiência nenhuma, trazendo problemas árduos para todo o município. A comunidade está sofrendo muito, o serviço social vive completamente desprestigiado e da saúde não se fala mais.

Então venho aqui no Grande Expediente fazer meu pronunciamento sobre a saúde, meu presidente da Comissão de Saúde. Realmente, pasmem! Já faz quase seis meses que não foi repassado nenhum centavo de um convênio que temos há 40 anos com a APMI de Pojuca, uma entidade filantrópica. De janeiro até maio não foi repassado nenhum centavo a ela, que vem passando problemas difíceis. Só não fechou as portas porque os amigos ajudaram. E também cheguei junto, porque foi uma obra que construí. Trago fotos mostrando a amplitude de como a região de Pojuca sofreu. Sofreu muito, na verdade.

A área prioritária, a prioridade nossa era mesmo a obstetrícia. Duas vidas chegavam às emergências dos 17 municípios que são pactuados, e a gente está passando. Não vai ser pior porque, depois de muitas e muitas reuniões, o secretário da Saúde não conseguiu resolver e o Estado cancelou a Plena, passando o convênio da APMI a ele próprio para vir o dinheiro via Ministério/Estado/Município. Pasmem! E vemos que, se a saúde está com esse problema, imaginem obras que gostaríamos, queridos deputados, de inaugurar nos 100 anos da cidade.

Eu, que fui prefeita daquele município, começava com uma missa solene às 8 horas e ia até às 17, 18 horas inaugurando obras com a minha comunidade e os vereadores. Cada local onde piso em Pojuca, sem modéstia, tem a marca de Maria Luiza Laudano. E a gente vê hoje nossa cidade desta maneira e essa demora árdua da Justiça para resolver. Mas ainda creio muito na Justiça e sei que ela vai solucionar o problema o mais breve possível para que o povo de lá não continue sofrendo.

Muito obrigada, presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Meu caro presidente Adolfo Menezes, deputados e deputadas, colegas da imprensa, acho que vou preferir não ler os jornais às segundas-feiras. Pelo menos na segunda-feira, porque é cada entrevista que a gente lê! É cada vez mais a Oposição e os seus líderes jogando loas no governador. Eu, sincera e honestamente, não sei onde vai parar a política neste Estado da Bahia com essa convergência rumo ao Palácio de Ondina. Mas isso ainda vai ser tema de um

pronunciamento nosso na hora oportuna. Queremos saber os rumos da Oposição. A Oposição que nós queremos e desejamos é uma Oposição atenta, vigilante. É isso que o povo da Bahia espera daqueles líderes ou dos pseudo-líderes da Oposição.

Mas Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu quero com os senhores aqui fazer uma reflexão. O governo do Estado, através da Bahiatursa, pagou um cachê de R\$130.000,00 para Daniela Mercury cantar o Hino Nacional e se apresentar na Parada Gay em São Paulo. Veja bem, vamos fazer uma reflexão: uma coisa é a opção sexual, que é um direito livre e soberano de qualquer cidadão, de qualquer cidadã. Não nos cabe reparo a essa posição, até porque eu defendo o livre arbítrio do cidadão a sua opção sexual, seja ela qual for.

Meu questionamento é se está correto que o Governo da Bahia, através da Bahiatursa, invista R\$ 130.000,00 para Daniela Mercury, que deveria cantar na Parada Gay sem auferir recursos dos cofres do Estado da Bahia. Como ativista, como a liderança do movimento deveria estar lá cantando gratuitamente na Parada Gay. Enquanto a Bahiatursa gasta num cachê de R\$ 130.000,00 para uma apresentação lá em São Paulo, nós estamos com o nosso Pelourinho degradado, lá tem a rota do turismo que é a rota do crack, nós temos a nossa orla marítima precisando de reparos e degradada, nossos pontos turísticos precisando de investimentos e o governo canaliza para uma apresentação da artista Daniela Mercury na Parada Gay em São Paulo.

Quero frisar, até para que ninguém queira deturpar as minhas palavras, o meu questionamento, e eu busco fazer a reflexão é se é justo se gastar recursos do tesouro do Estado para que uma ativista do movimento que deveria estar, e estaria lá de qualquer modo participando, cantando e se apresentando, proferindo os seus discursos e o seu posicionamento livre e soberano, é se é necessário e se devemos, através do Estado da Bahia, pagar essa apresentação.

Não seria melhor se capitalizássemos esse recurso? Se ele fosse investido em problemas que são cruciais aqui no Estado da Bahia? Qual é o dividendo que a Bahia tem, para que possa a Bahiatursa fazer esse investimento? Se fosse até a parada gay aqui no Estado e os movimentos solicitassem do governo um apoio, nós poderíamos abrir um parêntese e entender o porquê do investimento. Mas lá em São Paulo não concebo, eu não consigo, eu não entendi ainda, não consegui depreender o que buscou a Bahiatursa através desse investimento.

De qualquer forma, fica o nosso reparo, fica a nossa observação de que esses recursos, ao que parece são poucos, mesmo por que o governo não tem mostrado condições de investir como deveria no turismo no Estado da Bahia, que esses recursos sejam muito bem aplicados, muito bem cuidados para o Estado belíssimo, com riquezas naturais, com um pólo turístico que merece toda a nossa atenção.

Mas essa, realmente, pare, pense e faça uma reflexão, você que me assiste agora pelo canal da TV Assembleia: é justo que se invista recurso do tesouro para uma apresentação como essa, de uma artista que já estaria lá, que se apresentaria de forma gratuita? Mas tem que se apresentar com recursos do tesouro do Estado que, segundo dizem, pelo menos o que o governador anda dizendo, que o tesouro está

combalido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Elmar Nascimento pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, Srs. e Sr^{as} Deputadas, Srs. da Imprensa, entre as atribuições constitucionais do Poder Legislativo, seja ele Congresso Nacional ou Assembleia Legislativa, se encontra a de escolher, no caso da vaga do Poder Legislativo, ou de aprovar indicação, no caso da vaga do Executivo, dos ministros do Tribunal de Contas da União e dos conselheiros dos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios. No caso da Bahia, do TCE e do TCM, porque, diferentemente da maioria dos Estados da Federação, existem dois tribunais aqui.

Amanhã, o Tribunal de Contas do Estado julgará as contas do governador Jaques Wagner, relativas ao exercício de 2012, julgamento que nós aguardamos com expectativa, por conta de que, cientes dessa responsabilidade que nós temos aqui, de escolher os conselheiros, e assim o fizemos, a maior parte deles, os atuais deputados, todos eles passaram aqui pela Assembleia Legislativa, para que haja uma harmonização de entendimentos sobre a interpretação da Lei de Responsabilidade Fiscal, entre os conselheiros do Tribunal de Contas do Estado e os conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios.

Nós identificamos, fato reconhecido, inclusive, pelo secretário da Fazenda do Estado, na última audiência pública, que recursos vinculados, oriundos de convênios ou de empréstimos, estavam e continuam a ser utilizados para cobrir um déficit, digamos assim, para não usar o termo rombo, nas contas do Estado, do saldo de origem não vinculada. Pois bem, pelo mesmo motivo o Tribunal de Contas dos Municípios já rejeitou mais de uma centena de contas de prefeitos.

Portanto, é necessário que se faça uma harmonização de procedimentos das duas Casas, ou passe, o Tribunal de Contas dos Municípios a entender que é um instituto absolutamente legal, e aprovar as contas dos gestores nessa situação, ou o Tribunal de Contas do Estado deixar de ser tão carinhoso com o governador de plantão, e passar, aplicando a Lei de Responsabilidade Fiscal, a rejeitar as contas.

Devo dizer que, com base nisso, o então Líder da Minoria, deputado Paulo Azi, oficiou no ano passado à Secretaria do Tesouro Nacional e obteve, em tese, a resposta de que esse é um procedimento ilegal e que incorria, inclusive, em crime contra a Lei de Responsabilidade Fiscal. Nós representamos ao Ministério Público e aguardamos com ansiedade o posicionamento dos conselheiros, na sessão de amanhã.

Quero aproveitar, inclusive, a oportunidade, até porque, no caso do Tribunal de Contas dos Municípios, responsável por 417 municípios, são exatamente os técnicos que fazem o voto, o conselheiro apenas lê o voto depois, aprova e endossa o voto ou não, mas quem elabora o parecer técnico são os técnicos que compõem, e que são bons técnicos. Portanto, quero sugerir que esta Casa faça a discussão, aproveitar, inclusive, aqui que preside neste instante a sessão exatamente o presidente da

Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle da Assembleia Legislativa, deputado Adolfo Menezes, porque seria importante que a Comissão de Finanças fizesse um seminário técnico com os técnicos do Tribunal de Contas do Estado e do Município para ouvi-los e para que eles harmonizem o procedimento.

Se pode aprovar as contas dessa forma, que se aprovelem as contas de mais de 100 prefeitos que estão aí pendurados pelo mesmo motivo. Se não pode, que os rigores da lei sejam implantados, também, contra as contas do exercício do governo de 2012.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Uziel Bueno pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. UZIEL BUENO:- Sr. Presidente, nobres deputados, deputadas, todos os presentes e também quem nos acompanha pela *TV Assembleia*, muito boa-tarde.

Estamos ouvindo as palavras, atentamente, do deputado Carlos Geilson e, realmente, é de espantar: uma quantia de 130 mil reais para uma cantora, independentemente de quem seja, fazer uma apresentação no estado de São Paulo. Realmente, é terrível e inconcebível.

Pior ainda é que realmente a nossa saúde, a nossa educação, a nossa segurança pública vão muito mal, muito mal mesmo. E a cada dia que passa, as páginas das revistas, as páginas dos jornais, não falo nem dos jornais baianos, nem das revistas baianas, nem dos sites baianos. Estou falando de sites nacionais, de repercussão nacional, revistas como a Carta Capital, por exemplo, revista nacional. Que esta semana, vem falando do meu professor, Emiliano José, deputado, nobre colega de partido, deputada Luiza Maia, falando da questão de torturador, que processa torturado.

Mas, eu não quero entrar nesse mérito. Quero entrar no mérito da Revista Carta Capital, que vem com uma reportagem, esta semana, em relação à rota do crack e a rota do turismo. A degradação causada pelo uso e tráfico de drogas em um dos principais cartões de visita de Salvador, e essa é uma das reportagens principais da Revista Carta Capital, que é um relato de um repórter, um jornalista da revista, dizendo que um taxista, quando ele entrou no táxi, perguntou: O senhor quer ir pela rota do crack ou pela rota do turismo?

E ele vai explanando para nós, de uma maneira terrível, para nós baianos, dizendo o quanto o nosso Pelourinho, o Centro Histórico está degradado. E ele fala em uma das partes e me permitam, vou ler aqui: *“Alguns dos “sacizeiros” fumam crack no meio da rua. E geralmente abordam quem passa pelo local pedindo cinco reais ou cometendo pequenos furtos.*

“Se você continuar andando por aqui, vai ser assaltado”, diz Robson, 38, o “Macarrão”. O apelido surgiu por causa da magreza causada pelo consumo de cerca de dez pedras de crack diárias”.

Esta é a realidade levada pela Revista Carta Capital, esta semana, para todo o

Brasil e assim nos já vimos, no site internacional Boston.com, dos Estados Unidos, falando do aumento dos homicídios na Bahia em 250% nos últimos anos. Está lá no site, não é Uziel Bueno que está dizendo. É o site de repercussão internacional, americano.

E eu não poderia deixar de vir aqui, hoje, para falar do coreógrafo e bailarino do Teatro Castro Alves, Augusto José da Purificação Conceição, de 50 anos, mais conhecido como Augusto Omolú, que ontem, no domingo, em Buraquinho, Lauro de Freitas, foi brutalmente assassinado.

Mais uma vítima dessa guerra sangrenta. E me espanta que, logo no início, a polícia já vai dizendo que foi um crime passional. Porém, não descartamos o latrocínio, roubo seguido de morte. Pelo amor de Deus. Como é que um delegado ou uma delegada já vão dizendo que é um crime passional, se nem sequer investigou? Pelo amor de Deus!

Não é à toa que hoje, lá no Pelourinho, no Centro Histórico, a família do Omolú, respeitadíssimo coreógrafo, bailarino do Teatro Castro Alves, os familiares fizeram uma passeata, um protesto, pedindo justiça, pedindo segurança pública no nosso Estado. Eu volto para as palavras do deputado Carlos Geilson. Enquanto isso, o estado paga 130 mil reais para uma cantora fazer um show, pasmem, em São Paulo.

Isso é um absurdo! Isso é dizer para o povo baiano que prefere pagar 130 mil reais para uma cantora fazer um show em São Paulo do que colocar 130 mil reais em segurança pública, para que não aconteça o que aconteceu com o Omolú, que a rota do crack, que a rota do turismo não sejam degradados da forma que estão sendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra a deputada Luiza Maia pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu tinha programado falar sobre algumas questões relacionadas a nossa Casa, sobre essas reformas e PECs que estamos querendo aprovar. Mas a provocação do deputado Carlos Geilson fez com que, primeiro, eu fizesse referência à fala dele. Tem que se conformar, é assim mesmo. Quando o governo está bom e dando certo, todo mundo quer participar.

E em relação a esse discurso pontuando as dificuldades que ainda existem neste Estado, exatamente aquelas que o nosso governo está resolvendo, temos de frisar que elas não foram criadas pelo governador nem por quem está hoje no poder.

Mas é assim mesmo, a gente está resolvendo. Por isso, as pessoas que têm consciência da importância do crescimento e do que essa gestão tem feito pela Bahia vão aderindo, vão chegando para o projeto. Comandar o projeto?! O governador fala o tempo todo que está de braços abertos para receber quem quiser vir para o nosso projeto, obviamente comandado pelo nosso Partido. E está aqui Geddel, que se colocava com tanto furor na oposição, também querendo conversar. E é assim mesmo, o governador tem a fama de ser o homem do diálogo. Só não dialogou daquela vez com os professores, e acabou dando aquela confusão. Mas acho que não

foi ele, não. Foi condução errada aqui.

Deputado Carlos Geilson, falando na gíria, como dizemos na brincadeira, a oposição mor-reu ou está mor-ren-do. Tem que aceitar, é a realidade. E não é só na Bahia; é também no Brasil, que reconhece o nosso trabalho. Você pode ver a popularidade da nossa presidenta, uma pessoa com o perfil mais técnico, mas que está transformando o País e o nosso Estado. E o povo não é bobo. O povo sabe perceber. Fica uma elite, junto com uma parte da mídia, fazendo esse discurso de que está ruim, agourando o tempo todo, torcendo para que as coisas deem errado. Mas lá embaixo, na casa do povo, cada um sabe e sente a mudança, inclusive na barriga e no bolso. E é por isso que Dilma estoura; é por isso que Wagner está aí com uma parte da oposição querendo conversar. É normal e natural.

Mas vou voltar ao assunto que ia falar, porque estamos aqui com a PECs da redução do recesso, da reeleição, com a do voto aberto, que reapresentei. E também, de minha autoria, a PEC para tirar o nome dos torturadores das ruas e dos logradouros públicos e a CPI, muito importante e necessária, do tráfico de pessoas.

Então queria fazer um apelo ao senhor que está comandando esta sessão hoje, para que coloquemos todas essas PECs para serem votadas. Além disso, que também se crie uma comissão especial para estudar o Regimento desta Casa. Temos também uma coisa que está em desacordo com a Constituição, e, para arrumar tudo isso, acho que seria importante trazer esses temas ao Plenário para serem debatidos e aprovados, ou não.

Sobre a PEC do voto aberto, semana passada, estive visitando o presidente da Câmara de Vereadores de Salvador, que está também nessa luta, junto com alguns *sites* e órgãos de comunicação, por entender a necessidade e a importância da transparência. Depois que foi aprovada a Lei de Acesso à Informação, acho que fica destoante tanto esta Casa como a Câmara de Salvador, como qualquer outra Casa Legislativa, fazer uso do voto secreto. Para mim, é um absurdo, é uma aberração, não vejo sentido. Acho que o voto secreto é para o eleitor, não para o eleito, o representante.

Então queria fazer esse apelo a V.Ex^a para que nos ajude a trazer para a sessão de amanhã, de depois de amanhã ou do dia em que for possível essas quatro PECs. Fiz uma visita ao presidente da Câmara, como falei, e vi que ele também está empenhado. Vamos fazer conjuntamente esse debate na nossa sociedade. Como esta Casa só aprova projeto de deputado se a sociedade e a mídia ajudarem, faço também esse apelo aos companheiros da imprensa e da sociedade civil organizada para que nos ajudem. Porque acho que precisamos dar esse passo à frente e fazer esse gesto para a nossa sociedade, que nos critica tanto. Muito obrigado.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Peço, se possível, ao deputado Carlos Geilson para substituir-me temporariamente para que eu use a palavra.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, o nobre deputado Adolfo Menezes.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, vou fazer nesse pequeno tempo do Pequeno Expediente um comentário- o deputado Elmar já falou até de forma diferente sobre essa questão.

Na última semana, acredito que todos os senhores devem ter lido que 90% da Bahia, para não falar do resto do Brasil, 85% das cidades do Brasil, portanto quase 4 mil municípios encontram-se, no momento, sem poder celebrar convênio com a União. Aqui na Bahia, decano deputado Reinaldo Braga, no momento, 90% das cidades, portanto quase 400 cidades, não têm condições de celebrar convênios.

Pergunto a V.Ex^{as}: será que temos 90% dos prefeitos da Bahia irresponsáveis, maus administradores? Alguma coisa está errada. Alguma coisa tem que ser corrigida. Não é possível que a Bahia, bem como o Brasil, encontre-se assim.

Então o Congresso Nacional tem que sentar, se é que há tempo para fazer isso, porque o tempo é para outras coisas, deputado Uziel. Alguma coisa está errada. E quem paga novamente é a população, o povo, porque deixa de receber recursos do governo federal. A forma que funciona, hoje, no país não é uma federação, os recursos ficam concentrados em Brasília à mercê dos deputados, ou dos partidos, votarem ou não nos projetos da presidenta Dilma, se liberam os recursos ou não. Com as liberações que já são difíceis e agora todas as prefeituras praticamente inadimplentes, o povo vai ficar sem os benefícios que tanto precisam.

Sabemos, como todos sabem, que poucos municípios na Bahia hoje, para não falar no Brasil, têm condições de investimento. Tiramos pela capital, nossa Salvador, que está entrando na metade do primeiro ano da administração do prefeito ACM Neto e as coisas travadas. Tenho certeza que o prefeito sabe muito bem do que é que a cidade precisa, até porque montou uma equipe capacitada, mas nós vemos as coisas mais ou menos do mesmo jeito devido as condições que ele encontrou a prefeitura destruída, endividada, que não vem só do prefeito João Henrique, mas de todos os outros prefeitos. É uma cidade que o que arrecada não é suficiente para manter nem o custeio e o problema está formado.

Salvador é uma cidade em que o trânsito já travou. Algumas medidas foram implementadas hoje, vamos ver se melhora. Segundo os relatos dos ouvintes, piorou, mas acredito que essas informações devem-se aos primeiros dias de experiência que causam sempre tumulto. O resultado é que a qualidade de vida da nossa cidade está cada dia pior. Então se isso está acontecendo na capital, os senhores imaginem na totalidade, praticamente, da grande Bahia com a maioria dos municípios inadimplentes, sem poderem receber as migalhas que são tão difíceis, porque só recebem as obrigações do governo federal. Então alguma coisa tem que ser pensada.

Não é possível que 90% dos administradores municipais da Bahia, para não falar do Brasil, sejam incompetentes, sejam bandidos, sejam maus gestores. Alguma coisa está errada com a Lei de Responsabilidade Fiscal, que tem a sua parte positiva, mas alguma coisa está errada e precisa mudar. São tantas coisas, Srs. Deputados, são tantas coisas que precisamos mudar nesse País! E aproveito aqui para fazer um elogio à deputada Luiza Maia. Sempre falei aqui sobre tantos assuntos, principalmente nos últimos dias da Reforma Política, mas foi só desabafo, às vezes me desanimo diante

das dificuldades. A deputada Luiza Maia tem mais pique, reconhecimento, de fazer um movimento na sua cidade ou em outras cidades, de colher assinaturas para ver se conseguimos 1 milhão e meio de assinaturas, que é o necessário, para ver se a Câmara Federal acorda e faz a Reforma Política.

São tantas reformas que precisamos: Reforma Tributária, Reforma Trabalhista, no Código Penal. Ou o Brasil faz isso ou vai acontecer o que estamos vendo agora: a economia dando soluços preocupantes para nós que há muito tempo não ouvíamos falar mais em inflação, e já está se falando. Esperamos em Deus e no governo, que tem as rédeas, que isso não venha acontecer novamente porque senão é o povo quem vai pagar.

Parabéns, deputada Luiza Maia, V.Ex^a tem mais pique, reconhecimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra a deputada Graça Pimenta pelo tempo de 5 minutos, mas se precisar um pouco mais, essa presidência faz uma concessão.

A Sr^a GRAÇA PIMENTA:- (Lê) “Meus cumprimentos ao Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs Deputados, imprensa, cidadãos presentes nas Galerias, funcionários desta Casa e aos amigos que nos acompanham através do *Canal Assembleia*, boa-tarde.

Nobres parlamentares, a Secretaria de Direitos Humanos, através do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), divulgou a resolução nº 156. A ordem dispõe sobre as medidas relativas a proteção das crianças e adolescentes no período preparatório e durante a Copa das Confederações FIFA 2013, a Copa do Mundo FIFA 2014 as Olimpíadas 2016 e aos eventos relacionados, que serão realizados no Brasil.

Vale lembrar que Salvador vai ser uma das cidades sede das duas primeiras competições que citei e vai ter jogos de futebol realizados na Arena Fonte Nova durante a competição olímpica. Por esse motivo, o tema relacionado aos nossos menores é de grande importância para toda a sociedade. O artigo 2º da resolução estabelece que adolescentes a partir dos 16 anos de idade poderão trabalhar no serviço voluntário, definidos em conformidade com legislação vigente. Esse item é um alerta para evitar a exploração dos nossos jovens.

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, a resolução também nos apresenta uma série de alternativas de fortalecimento a rede de proteção criança e ao adolescente. Sendo assim, é necessário observarmos alguns pontos da medida: a execução dos programas, serviços e projetos desenvolvidos pelas redes sócio-educativas, assistenciais e escolar, públicas e privadas da garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes não poderão sofrer prejuízo no período dos grandes eventos esportivos. Os conselhos municipais dos direitos da criança e do adolescente e conselhos tutelares deverão elaborar em conjunto, o planejamento e o plano de trabalho específico para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes nos

períodos dos grandes eventos esportivos.

Mas para que isso ocorra os municípios devem garantir toda a estrutura para o funcionamento adequado dos conselhos tutelares.

Nobres parlamentares, a resolução faculta ao Fundo da Infância e Adolescência Nacional, Estadual e Municipal, nos anos de 2013 e 2014, a abrir editais de financiamento que custeiem programas que incentivem e fortaleçam espaços para a oferta e o desenvolvimento de atividades de lazer, esporte, cultura, convivência familiar e comunitária, tais como:

- investimento na manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados para uso exclusivo da política da infância e da adolescência;
- atendimento direto de crianças e adolescentes por entidades não-governamentais e governamentais;
- campanhas na mídia para proteção à infância e à adolescência durante todo o período dos eventos esportivos;
- repasses do Fundo da Infância e Adolescência (FIA) nacional para os fundos da infância estadual e municipal, mediante plano de aplicação;
- e ações de fortalecimento do protagonismo adolescente ligados ao tema dos eventos esportivos.

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, na Resolução nº 156, há, também, outras determinações. Reconhecendo a importância do tema, sugiro que os gestores do Estado e da Prefeitura de Salvador tenham atenção especial para que todas as recomendações de proteção às crianças e aos adolescentes sejam rigorosamente cumpridas.

Muito obrigada!”

(Não foi revisto da oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Por acordo, falará, por 5 minutos, o deputado José de Arimatéia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, quero agradecer ao Líder da Oposição em exercício, deputado Carlos Geilson.

Venho a esta tribuna, Sr. Presidente, porque, na sexta-feira passada, 31 de maio, foi comemorado o Dia Mundial sem Tabaco.

Os dados que trago aqui são alarmantes! Por exemplo: 23 pessoas morrem por hora por causa do tabagismo. Quando termina o ano, deputada, são 200 mil mortes no Brasil por causa do tabagismo. Veja como são graves esses números e a situação das pessoas que, lamentavelmente, são vítimas dessa praga.

O *crack*, a maconha e a cocaína já matam milhares de pessoas. No entanto, o tabagismo é pior do que o próprio *crack*, porque são 23 pessoas que morrem por hora, repito. Isso representa 200 mil pessoas por ano em nosso País.

E o que o governo pode fazer se em nosso País o que é valorizado não é a vida, o que é valorizado é o capitalismo. Temos que apresentar esses dados aqui para mobilizar a população e alertar aos jovens, porque, realmente, são dados gravíssimos

e alarmantes.

Há outra coisa que eu gostaria de falar aqui, Sr. Presidente. Nesse final de semana, nós nos reunimos em Brasília com a Executiva Nacional do nosso partido, o PRB, e já estamos-nos preparando para 2014. O Partido Republicano Brasileiro vem crescendo, graças a Deus. E temos certeza de que nas próximas eleições estaremos firmes e fortes para mais uma batalha.

Há, também, uma outra coisa. Quero chamar a atenção dos nobres Srs. Deputados para o fato de que amanhã a Comissão de Saúde desta Casa realizará uma audiência pública no Plenário, com a presença do Dr. Jorge Solla, secretário da Saúde, que apresentará o PPA para os Srs. Deputados e, também, fará uma prestação de contas do que o governo do Estado tem feito em benefício da saúde dos baianos.

Será muito importante a presença de todos os deputados, inclusive o deputado do Sul da Bahia, nosso amigo Augusto Castro. No ano passado participamos de uma audiência em Itabuna para a volta da Plena, e esta por causa das divergências políticas não aconteceu. Mas agora, com a nova gestão do nosso amigo Vane, prefeito daquela cidade, a Plena está de volta.

Tudo isso foi fruto de um trabalho da Comissão de Saúde e de um trabalho em que vemos o governo do Estado preocupado com a saúde dos baianos, em especial no Sul da Bahia, e hoje a Plena está de volta àquele município.

Não poderia deixar de vir à tribuna nesta tarde fazer os registros de tudo isso que acabei de falar e deixar o convite extensivo a todos os Srs. Deputados para que amanhã possam estar presentes aqui, às 10 horas da manhã, quando receberemos o secretário da Saúde do Estado da Bahia, Dr. Jorge Solla. Convido também a *TV Assembleia*, que como sempre tem sido parceira da Comissão de Saúde e das demais Comissões, bem como a imprensa falada, escrita e televisada.

Muito obrigado, meu amigo deputado Carlos Geilson. Todos os deputados presentes estão convocados para, além de ver a apresentação, fazer questionamentos ao secretário estadual da Saúde, Dr. Jorge Solla.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Presidente, na última semana, quando da realização da assembleia da União dos Legislativos Estaduais, no Recife, o governador de Pernambuco, se antecipando a uma questão que o Congresso Nacional já deveria ter votado, imiscuiu no debate a criação da emenda parlamentar impositiva ao Orçamento daquele Estado. Em consequência, na sexta-feira, encaminhou à Assembléia Legislativa de lá Proposta de Emenda Constitucional para que seja criada a emenda parlamentar impositiva no âmbito do Estado de Pernambuco, no valor de um milhão e cem mil reais.

É uma questão importante que traz o governador de Pernambuco mostrando

como deve ter uma relação republicana com o Parlamento que o credencia a levar esse debate ao resto do Brasil, como também nos chama atenção para que tragamos tal discussão à Comissão de Finanças, que é adequada, e V.Ex^a é o presidente. Isso para que copiemos o bom exemplo de Pernambuco, já que não precisa de iniciativa do governo, já que é uma Proposta de Emenda Constitucional, para tramitar nesta Casa com o apoio da Presidência, dos dois Líderes e de todos os outros deputados.

Não quis mandar redigir e assinar, pois acho que deve sair dos 63 deputados, liderados pelo presidente, para que saíamos na vanguarda e, a exemplo de Pernambuco, criemos aqui a questão da emenda impositiva ao Orçamento do Estado.

Sr. Presidente, porquanto o Grande Expediente é do Bloco PMDB/Democratas solicito de V.Ex^a uma verificação de quórum para que este tempo possa ser utilizado na sessão de amanhã.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Elmar, concordo. O Líder Zé Neto está aí próximo. São 63 milhões, no caso da Bahia, 70 e pouco. E 1 milhão e 100, se copiássemos, num Orçamento de 30 bilhões é um valor até insignificante. Acredito que ações como essa devem ser copiadas. Não há demérito.

Há uma proposta no Congresso Nacional para que o Orçamento seja impositivo, para não ficar à mercê das questões políticas. Vamos ver se o governador Wagner fará esse movimento e copiará as coisas boas que acontecem em Pernambuco nessa questão. Como vemos, é possível dispensar a verificação, pois não há condições de continuar a sessão. Temos apenas nove parlamentares: Luiza Maia, Fátima Nunes, Augusto Castro, Rogério Andrade, Zé Neto, Graça Pimenta, Elmar Nascimento, Carlos Geilson e eu, Adolfo Menezes, que presido a sessão.

Encerrada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*